

# OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

## THE HISTORICAL ASPECTS OF THE STRUGGLE FOR QUALITY EDUCATION



### ALINE CRISTIANE SASSI LOPES

Graduação em Letras e Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo (2021/2023); Especialista em Tutoria na Educação a Distância pela Faculdade Claretiano (2022); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na EMEF Francisco Alves Mendes Filho - Chico Mendes.

### RESUMO

O presente artigo faz um resgate histórico da trajetória educacional brasileira, desde a época colonial até a era contemporânea, descrevendo as principais características de cada contexto histórico e os impactos que até hoje repercutem em nossa realidade. A partir de uma linha histórica crítica, este trabalho delimita em que momento o Brasil passou a lutar por uma educação emancipatória e justa, desvencilhando-se da cultura semeada pelo catecismo jesuíta. Os cenários de desigualdade social que se estenderam ao longo dos séculos, desde a chegada dos portugueses, trouxeram a necessidade de se buscar equidade na educação, proporcionando iguais oportunidades de acesso e permanência para todos. No entanto, é notório que as marcas deixadas pelo longo período de colonização criaram raízes fundas, e o sistema educacional brasileiro passa até hoje por um processo de lutas e combates para se libertar e alcançar a qualidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; História; Equidade; Luta; Resgate.

### ABSTRACT

This article takes a historical look at Brazil's educational trajectory, from colonial times to the contemporary era, describing the main characteristics of each historical context and the impacts that

still have repercussions on our reality today. Based on a critical historical line, this work delimits the moment at which Brazil began to fight for an emancipatory and fair education, breaking away from the culture sown by Jesuit catechism. The scenarios of social inequality that have extended over the centuries, since the arrival of the Portuguese, have brought the need to seek equity in education, providing equal opportunities for access and permanence for all. However, it is notorious that the marks left by the long period of colonization have taken deep root, and the Brazilian education system is still going through a process of struggle to free itself and achieve social quality.

**KEYWORDS:** Education; History; Equity; Struggle; Redemption.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, será traçada uma linha histórica da educação no Brasil, desde a época colonial até os tempos atuais, utilizando, para tanto, os seguintes marcos: período colonial, império, república, regime militar e era contemporânea. Serão destacadas as características de cada um, assim como as lutas que ainda hoje resistem para que seja alcançada uma educação pública, inclusiva e com qualidade social.

A partir da ideia de que a educação foi introduzida no Brasil pelos padres jesuítas em 1549, perdurando no modelo de ensino da catequese durante dois séculos, será descrita e analisada a trajetória de lutas e dificuldades encontradas ao longo do caminho com o objetivo de se conquistar um modelo de educação condizente com as necessidades do país.

Existia, contudo, uma evidente segregação no ensino, pois as aulas para os índios eram ministradas em escolas transitórias, frutos do trabalho dos próprios índios. Já os filhos de colonos e proprietários de terras lecionavam em colégios tradicionais, que contavam com uma estrutura adequada devido ao investimento robusto que entrava nessas instituições de ensino. (<https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/a-historia-da-educacao-no-brasil-em-fatos-e-datas.htm>. Acesso 8 maio 2024).

Ainda que a interferência dos jesuítas na educação brasileira tenha durado dois séculos, essa influência se solidificou e permaneceu em vigor até o início da República, quando começaram a refletir na sociedade o pensamento positivista, por um lado, e o liberal, de outro.

Há alternância no pensamento filosófico que influenciava estas reformas. O positivismo, de orientação cientificista e pragmática, havia reunido adeptos no Brasil e estava presente nas reformas de Benjamin Constant e Rivadávia Correa, enquanto que o pensamento liberal fundamentado na igualdade de direitos e oportunidades, destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades individuais e educação universal, influenciou as reformas de Epiácio Pessoa, Carlos Maximiliano e Luiz Alves. (RENNES & RIBEIRO, 1993, p. 4).

A partir do século XIX, a educação brasileira passou por diversas mudanças decorrentes de novos contextos políticos e sociais que, pouco a pouco, foram distanciando o país do modelo colonial que priorizava o ensino dos mais privilegiados em detrimento das minorias. No entanto, a segregação e desigualdades ainda são motivos de combate para aqueles que acreditam em uma educação libertária e este artigo pretende descrever os processos históricos que a caracterizam e as lutas em busca de sua emancipação, a fim de esclarecer as raízes históricas dos problemas educacionais enfrentados até hoje e os possíveis caminhos para solucioná-los.

## MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O ano de 1549 marca o início da educação formal no Brasil, com a chegada dos jesuítas. O contexto histórico em que se insere o primeiro sistema educacional foi o período colonial, que se estendeu do século XVI ao século XIX. Em 1500, a chegada dos portugueses ao Brasil coincidiu com um movimento da igreja católica conhecido como contrarreforma, que combatia os preceitos da Reforma Protestante.

Entre as medidas tomadas pela Igreja Católica para combater os protestantes surge a Companhia de Jesus também conhecidos como 'jesuítas'. Em 1540 é fundada a Companhia de Jesus, chamada de Ordem dos Jesuítas, pelo espanhol Inácio de Loyola. Seus membros eram conhecidos por sua devoção, erudição e atividades missionárias em todo o mundo. Na época do Brasil colonial, os jesuítas foram responsáveis pela fundação de diversas escolas, colégios e seminários, além de terem papel fundamental na catequese e evangelização dos povos indígenas. (RODRIGUES, 2023, p. 11).

Assim, foram fundadas as primeiras escolas em terras brasileiras, com o objetivo de catequizar os índios e expandir o catolicismo pelo território. Na época, as escolas eram voltadas aos filhos dos colonizadores, não tendo, as crianças indígenas, acesso à alfabetização formal.

Segundo Rodrigues (2023, p. 12) "as crianças escravizadas não tinham acesso à educação formal e, quando aprendiam a ler e escrever, muitas vezes era de forma clandestina".

Em sua metodologia de ensino, os jesuítas utilizavam um método chamado "Ratio Studiorum", conhecido por ser padronizado e aplicado em todas as escolas jesuítas que havia no mundo, com aulas voltadas à gramática, história e teologia, por exemplo.

Sabe-se que durante muito tempo vivemos os vestígios do modelo educacional colonial, com uma nítida diferença entre o sistema de ensino oferecido aos privilegiados e o oferecido às camadas mais pobres da sociedade.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e isso acarretou mudanças drásticas no sistema educacional.

Com a expulsão, muitas das escolas jesuítas foram fechadas ou assumidas por outras ordens religiosas, que não possuíam a mesma expertise e recursos dos jesuítas. Além disso, a expulsão resultou na interrupção do método educacional que até então era o Ratio Studiorum, que havia se tornado amplamente utilizado em toda a América Latina. (RODRIGUES, 2023, p. 14)

Com a expulsão dos jesuítas, foi instituído um novo sistema de ensino no Brasil, com uma característica mais técnica e menos religiosa. A educação passou a ser estabelecida em instituições conhecidas como escolas leigas, com o objetivo de restringir o poder da igreja católica.

A partir disso, a educação no Brasil passou por períodos incertos e pouco sólidos. As diferenças regionais que caracterizam o país trouxeram incerteza aos rumos da educação nesse período. Como estabelecer uma educação formal em todo território brasileiro, considerando suas peculiaridades e desigualdades sociais?

Por outro lado, ao longo do século XIX, a educação no Brasil passou por diversas mudanças e reformas, com a criação de escolas públicas e uma duvidosa secularização do ensino. Em 1827, foi promulgada a Lei de 15 de outubro, que estabeleceu as primeiras diretrizes para a organização do ensino elementar no país, tornando a educação obrigatória para crianças

entre 7 e 14 anos de idade, um marco significativo para a história da educação. (RODRIGUES, 2023, p. 16)

Em 1808, com a chegada da Família Real no Brasil, houve considerável desenvolvimento cultural com relação ao período colonial. No entanto, o acesso à educação não foi expandido a todas as camadas da sociedade, permanecendo a desigualdade social. Os direitos à educação surgiram de forma bastante tímida com a publicação da primeira Constituição Brasileira.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente. (SOUZA, 2018, p. 2)

Em 1890, após a Proclamação da República, houve outras mudanças significativas com a promulgação de uma nova Constituição da República, caracterizada pela criação de uma escola primária e uma escola secundária. O intuito dessas escolas era preparar os alunos para o ensino superior, criado pelo Príncipe Regente Dom Pedro, cujas instituições de ensino trouxeram diversas transformações à realidade educacional, como, por exemplo, a descentralização do poder. No entanto, o resultado dessa expansão na oferta de escolas e cursos foi o aumento da distância entre o ensino oferecido à elite (escolas secundárias e acadêmicas) e o oferecido ao povo (escola primária e escola profissional).

Houve, também, a implementação das Escolas Normais, que atuavam com a formação de professores para o magistério. Com essas instituições, o papel do professor tornou-se mais concreto, e os valores pedagógicos das escolas tornaram-se laicos e republicanos. Entretanto, essas instituições desagradaram tanto uma parcela da Igreja Católica, quanto os conservadores da sociedade.

Houve conflitos em torno do ensino religioso nas escolas públicas e da utilização do método de ensino da Escola Nova, que valorizava a prática e a experimentação em detrimento da memorização e da repetição. Apesar das dificuldades, o período da Proclamação da República foi marcado por avanços significativos na educação brasileira, que contribuíram para a construção de um modelo de educação mais inclusivo e democrático. (RODRIGUES, 2023, p. 19 e 20).

Um marco desses primeiros anos de República foi a construção da Escola Modelo Caetano de Campos, em São Paulo, em 1894, que teve o intuito de ser um exemplo para as demais instituições educacionais. Essa escola tinha uma metodologia avançada, que envolvia o ensino integral dos estudantes, nos aspectos físicos, moral e intelectual.

No entanto, até a década de 30, pode-se dizer que havia uma escassez de escolas públicas no Brasil. Dessa forma, a maior parte do povo tinha seu acesso à educação ainda negado, pouco se afastando do modelo educacional do período colonial no que diz respeito a privilégios.

Isso ocorreu porque o sistema educacional durante a Primeira República era controlado pelas elites políticas e econômicas do país, que tinham pouco interesse em democratizar o acesso à educação. Além disso, as concepções pedagógicas adotadas na época, influenciadas pelo positivismo, enfatizavam a formação de uma elite potencialmente capaz de levar o país ao desenvolvimento. (RODRIGUES, 2023, p. 24).

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação, uma conquista que marcou as lutas por uma educação justa e igualitária. A partir desse momento, pouco a pouco, foram começando a se implementar políticas públicas que facilitaram um pouco o acesso e fortaleceram a qualidade da educação no Brasil.

Durante a Era Vargas, que se estendeu de 1930 a 1945, ocorreram ainda mais transformações no âmbito da educação e, com o tempo, pode-se dizer que as crianças puderam se desenvolver com o ensino nas escolas em comparação aos primórdios do Brasil Colônia, ainda que permanecesse um abismo entre o a educação promovida aos privilegiados e aos menos favorecidos.

Nesse período, houve um maior alcance das escolas públicas pelo país. Elas se expandiram para mais territórios, alcançando uma parcela da população que, até então, não era contemplada com os conhecimentos do ensino básico. Além disso, foram criadas escolas técnicas e profissionalizantes.

Segundo Rodrigues (2023, p. 25) "com a implementação de escolas técnicas e profissionalizantes, o governo procurou preparar os estudantes para o mercado de trabalho, estimulando a formação de mão de obra especializada".

Ainda que as escolas técnicas e profissionalizantes tenham enriquecido a estrutura da educação que existia até o momento, seu intuito era meramente instrumental: o de formar trabalhadores. Ainda não se observava uma preocupação em fomentar o conhecimento entre as classes menos favorecidas. Prova disso é que, na época, houve uma certa supervisão do governo quanto à educação, e os conteúdos que abordassem temáticas não amparadas pela política do governo Vargas eram excluídos do currículo.

Durante o regime militar, que se estendeu de 1964 a 1985, ocorreu uma potencialização do ensino profissionalizante e tecnológico. Foi um período marcado pela educação tecnicista, que priorizava o objetivismo e uma educação empresarial em detrimento de metodologias de ensino que valorizam a reflexão e as experiências do estudante.

O ensino técnico oferecido para as classes populares delineou muito bem a sua função na sociedade: atender exclusivamente as necessidades do mercado, o que frearia as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites. (SOUZA, 2018, p. 3).

Algumas leis marcaram o modelo educacional do período, como, por exemplo, a Lei nº 5.540/68, que diz respeito à Reforma Universitária e a Lei nº 5.692/71, que estabeleceu mudanças no ensino de 1º e 2º graus.

Todas essas reformas do período militar, assim como as anteriores, não foram suficientes para que o Brasil alcançasse uma qualidade social de Educação, que pudesse formar cidadãos reflexivos.

Não só as leis desse período, mas todas as reformas referentes a Educação, foram feitas por um grupo minoritário que achava ser isto ou aquilo melhor ou pior para a sociedade que iria desfrutar do ensino. Alguns até poderiam estar imbuídos de um sincero sentimento salvador, porém as reformas não proporcionaram avanços de peso na Educação no Brasil. (RENNES; RIBEIRO, 1993, p. 27).

Saltando aos tempos contemporâneos, considerando o período a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que houve um grande avanço na educação brasileira em comparação às fases anteriores. Com a nova Carta Magna, alguns importantes valores foram ressaltados e estabelecidos, como, por exemplo, a gratuidade do ensino público; a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e a valorização dos profissionais da educação.

Inspirado na Constituição de 1988, foi publicado, também, um importantíssimo documento que que esmiúça as principais necessidades ainda não amparadas, mas já destacadas na Constituição

Federal, transformando a solução em diretrizes. Esse documento chama-se Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Nele foi priorizada a educação integral do indivíduo, em seus aspectos físico, social e emocional.

Com base na nova Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A Carta Magna e a nova LDB dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade. (SOUZA, 2018, p. 4).

Nesse ínterim, foram estabelecidos, também, diversos programas com o objetivo de melhorar a situação da educação e tornar as escolas mais autônomas no que concerne à administração de recursos públicos. São eles: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola); PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola); PNDL (Programa Nacional do Livro Didático); PNLEM (Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio); PNLA (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos); PNTE (Programa Nacional de Transporte Escolar), etc.

Em 2005, surgiu o ProUni (Programa Universidade para Todos), que ampliou o acesso ao Ensino Superior, democratizando o ensino e criando oportunidades para todas as camadas sociais cursarem uma universidade.

As bolsas podem ser parciais, com descontos de 25% ou 50%, e integrais. Também foi criado o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que visa substituir os exames tradicionais das universidades públicas; criado pelo Governo Federal, seleciona estudantes com base na nota do Enem, assim como o ProUni; dentro dele, as vagas estão divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, entre outros aspectos. (SOUZA, 2018, p. 4).

O ProUni foi uma conquista da educação popular, fruto de muitas lutas, travadas ao longo dos séculos por aqueles que se preocuparam em formar uma nação cidadã e não mera mão de obra que atenda aos interesses empresariais. Nomes como Paulo Freire e Darcy Ribeiro podem ser citados como responsáveis por essa vitória e muitas outras, que começaram a abrir um novo caminho ao país, rumo à educação inclusiva e com qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após refletir sobre a trajetória histórica da educação no Brasil, pode-se concluir que muitos passos foram dados em direção à emancipação. No entanto, essa caminhada foi bastante lenta, estendendo-se por séculos, e ainda hoje é possível encontrar alguns vestígios do modelo colonial nas políticas educacionais, uma vez que as universidades públicas ainda são usufruídas por uma maioria de classe média e alta.

Mesmo que o acesso ao ensino superior tenha se expandido, instituições e cursos de graduação com melhor desempenho continuam sendo mais frequentados por indivíduos de classes altas. Os estudantes de classes baixas precisam se adaptar para conseguirem concluir a graduação. (Marimoto, 2023).

Revolucionários da educação conquistaram avanços imprescindíveis para o alcance de um ensino humanitário e significativo para todas as camadas sociais, preocupando-se com o real aprendizado e afastando-nos, assim, do utilitarismo ou, como mencionava Paulo Freire, da mera

“educação bancária”.

Assim, é possível compreender que a história da educação permanece em contínua construção, caminhando lado a lado com as transformações históricas e políticas, cabendo a cada um de nós contribuir para que esse processo siga evoluindo, rumo a uma sociedade inclusiva e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Nilci de Oliveira; VESPASIANO, Bruno de Souza. **A História da Educação: uma breve revisão**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT. São Paulo, ed. 7, p. 1-7, nov. 2015.

EQUIPE HISTÓRIA DO MUNDO. **A História da Educação no Brasil em fatos e datas**. Disponível em: < <https://www.historiandomundo.com.br/curiosidades/a-historia-da-educacao-no-brasil-em-fatos-e-datas.htm>>. Acesso 08 maio 2024.

MARÇAL RIBEIRO, Paulo Rennes. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrzm66hjvnLDdfDb/?lang=pt> Acesso 20 abr. 2024.

MORIMOTO, Thais. **Ensino superior continua inacessível para estudantes que precisam trabalhar**. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/diversidade/ensino-superior-continua-inacessivel-para-estudantes-que-precisam-trabalhar/>>. Acesso 12 maio 2024.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira. **Aspectos da história da educação no Brasil. Escola de Formação de Professores e Humanidades**. PUC Goiás. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6115>>. Acesso 01 jun. 2024.

SILVA DE SOUZA, José Clécio. **Educação e história da educação no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso 30 abr. 2024.